

[MÁRCIA MERLO]

Doutora em Ciências Sociais e Antropologia pela PUC-SP. Professora e pesquisadora do PPG em Design (Mestrado da UAM). Coordena o Museu da Indumentária e da Moda (MIMO); os projetos de pesquisa Design e sociedade: itinerário antropológico e Design e cultura: experiências museológicas no meio digital; o Laboratório de Design da Indumentária e da Moda (LADIM); e o grupo de estudos Design, Memória & Sociedade do Mestrado em Design da Universidade Anhembi Morumbi.
E-mail: marciamerlo2011@gmail.com

Memórias: o que as lembranças nos revelam?



Foto extraída do Álbum da Família Magalhães, cedida por Maria de Lourdes Campos Magalhães ao Museu da Indumentária e da Moda.

O simples uso do termo memória já remete à ideia de passado. E ainda gera dúvidas. Isso porque, em grande parte, as reminiscências são frutos do que se vive no presente e das condições do lembrar e do lembrado. Ou seja, quando se traz essa discussão para o campo das ciências, temem-se subjetividades em excesso.

No entanto, ao pensar sobre a memória, o que se coloca em primeiro plano é a duração. O que permanece ao longo do tempo e de forma ressurge como lembrança. Isso, sem entrar no mérito do debate psicológico, porque se considera, nesta reflexão, o debate socioantropológico, sobretudo. Nesse sentido, começa-se a colocar o lugar da história e da memória na interpretação do passado em um movimento que sai do presente.

Apoiar-se nas Teorias da Memória, ou em alguns teóricos que se debruçaram sobre sua conceituação e entendimento, contribui para algumas revelações. A primeira constatação é a de trazer para dentro do universo científico "um discurso sensível à pluralidade das realidades. Temos uma possibilidade não de objetividade, mas de objetivação, que leva em conta a pluralidade das realidades e dos atos" (POLLAK, 1992, p. 211).

Pierre Nora (1993), ao pensar memória e história, recoloca diversas questões per-

tinentes à discussão em torno das abordagens teórico-metodológicas da Memória, especialmente ao definir:

A história é reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado (...) instala a lembrança no sagrado, a história liberta, e a torna sempre prosaica. (...) A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo. (NORA, 1993, p. 9)

O historiador ainda nos traz uma referência ao pensamento de Maurice Halbwachs e uma afirmação da importância de um trabalho dessa natureza, ao retomar que

A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. (NORA, 1993, p. 9)

[19]

Assim como em Nora se encontra a evidência da importância da memória como um recurso metodológico, Caldeira afirma como a antropologia contemporânea legítima o trabalho com as abordagens teórico-metodológicas de interpretação das lembranças. Assim a autora explica:

Os antropólogos, acostumados a investigar como as pessoas dão sentido às suas experiências vividas e interpretam seu mundo, parecem ficar menos incomodados do que os historiadores positivistas com a ideia de se considerar memórias como interpretações. (CALDEIRA, 1988, p. 18)

Retomar alguns aspectos dessa discussão é recolocar o lugar da história e da memória na contemporaneidade. Por mais que os limites epistemológicos e metodológicos que separavam essas disciplinas tenham se atenuado em prol de uma compreensão mais aberta das culturas humanas, ainda parece necessário posicionar-se diante de algumas escolhas em torno dos estudos das memórias, sejam individuais ou coletivas. Ainda é uma questão bastante atual pensar no registro do que se fez, viveu e como voltar a eles revelando os processos em que estão envolvidos nossos fazeres e nossos pensares.

Outro aspecto da rememoração a ser considerado é o silêncio, o não dito, que nos faz pensar na memória subterrânea, clandestina ou esquecida, de fato, como bem nos apresenta Pollak (1989). O autor, ao nos esclarecer o porquê dos não ditos, aponta para um possível motivo do silenciamento das memórias e também o porquê delas emergirem, em alguns momentos, quando se tem uma escuta e uma situação-limite rompendo os silêncios:

(...) há uma permanente interação entre o vivido e o aprendido, o vi-

vido e o transmitido. E essas constatações se aplicam a toda forma de memória, individual e coletiva, familiar, nacional e de pequenos grupos. O problema que se coloca a longo prazo para as memórias clandestinas e inaudíveis é o de sua transmissão intacta até o dia em que elas possam aproveitar uma ocasião para invadir o espaço público e passar do "não dito" à contestação e à reivindicação; o problema de toda memória oficial é o de sua credibilidade, de sua aceitação e também de sua organização. (POLLAK, 1989, p. 9)

O que se percebe aqui é que "o que está em jogo na memória é também o sentido da identidade individual e do grupo" (POLLAK, 1989, p. 10). Também vale ressaltar, conforme Bosi (1979, p. 1) que

A veracidade do narrador não nos preocupou: com certeza seus erros e lapsos são menos graves em suas consequências que as omissões da história oficial. Nosso interesse está no que foi lembrado, no que foi escolhido para perpetuar-se na história de sua vida.

Se não encarmos a discussão em torno da memória individual e coletiva, assim como não colocarmos à prova a história oficial, teremos mais dificuldade em compreender os estudos que consideram a história oral, a história de vida, os depoimentos e mesmo os documentos como fontes para pensar a existência social. Aqui se trata de encontrar complementaridade na diversidade e adversidades. Por isso se exige uma polissemia metodológica. Para apoiar ainda mais esse pensamento, Pollak nos brinda com mais uma constatação, ao dizer que

[20]

A multiplicação dos objetos que podem interessar à história, produzidos pela história oral, implica indiretamente aquilo que eu chamaria de uma sensibilidade epistemológica específica, aguçada. Por isso mesmo acredito que a história oral nos obriga a levar ainda mais a sério a crítica das fontes. E, na medida em que, através da história oral, a crítica das fontes torna-se imperiosa e aumenta a exigência técnica e metodológica, acredito que somos levados a perder, além da ingenuidade positivista, a ambição e as condições de possibilidade de uma história vista como ciência de síntese para todas as outras ciências humanas e sociais. (POLLAK, 1992, p. 208)

Aqui, portanto, compartilho os pensamentos de Bosi (1979), Caldeira (1988), Halbwachs (2006), Nora (1993) e Pollak (1992), pois, quando temos a possibilidade de ouvir as histórias de uns e de outros, evidencia-se como o ato de lembrar também é um momento de revisão da vida. Isso porque não só trabalhamos cotidianamente com as fontes depoentes, mas, sobretudo, por extrairmos as histórias por meio de alguns resultados (produtos) da produção humana – das coisas, ou melhor, de seus artefatos e do registro de suas vidas e de seus pertences.

Vale considerar, nos estudos em que se procura compreender as interações entre sujeitos e objetos, que

diferentes grupos sociais possuem lembranças específicas de acontecimentos vividos em comum. No entanto, não são somente os fatos, mas a maneira de ser e de pensar de outrora que se fixam na memória. Especificando ainda mais, pode-se sugerir que os sentimentos experimentados também são zelosamente guardados, e, no ato de lembrar, vêm à tona com intensidade filtrados, avaliados, assumidos, criticados e preenchidos de novos significados a partir da vivência do presente. (BERNANDO, 1998, p. 33)

Isso nos leva a lembrar de Benjamin, em seu clássico texto *O narrador*, ao nos colocar que

um acontecimento vivido é finito, ao passo que o acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para tudo o que veio antes e depois. Em outro sentido, é a reminiscência que prescreve, com rigor, o modo da textura. Ou seja, a unidade do texto está apenas no *actus purus* da própria recordação, e não na pessoa do autor, e muito menos na ação. (BENJAMIN, 1985, p. 37)

Se analisarmos os artefatos que nos circundam, concluiremos rapidamente a relevância e a veracidade do discutido a partir dos autores aqui citados e também ao pensarmos nos registros, sobretudo os fotográficos, retomaremos, inevitavelmente, o discutido em torno da memória, pois esta perpassa questões cruciais entre as diferentes humanidades.

Ao aproximarmos tal debate do universo da moda, evidencia-se, ainda mais, como a iconografia nos revela as memórias individuais, assim como nos leva à reflexão de como se constituem as memórias coletiva e social, por refletir a produção e entendimento da construção de imagens.

Assim, o que conservamos em nossa memória e o que compõe o nosso entorno nos revelam, pois as lembranças e as coisas são formas de memória, registros de processos e reveladores de sentidos.

REFERÊNCIAS

- BENJAMIN, Walter. O Narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: _____. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Obras Escolhidas v. 1. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BERNARDO, Teresinha. *Memória em branco e negro: um olhar sobre São Paulo*. São Paulo: EDUC/FAPESP/UNESP, 1998.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.
- CALDEIRA, Tereza Pires do Rio. A presença do autor e a pós-modernidade em antropologia. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, nº 21, p. 133-157, jul. 1988.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, nº 10, p. 7-46, 1993.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, nº 3, p. 3-15, 1989.
- _____. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, nº 10, p. 200-212, 1992.